

DECRETO Nº 1.989/2020.

TORNA SEM EFEITOS TODOS OS ATOS ADMINISTRATIVOS CONCESSIVOS DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO E GRATIFICAÇÃO DE REGIME DE TRABALHO – GRET, CONCEDIDAS A SERVIDORES QUE INTEGRAM O QUADRO DE PESSOAL DESSA MUNICIPALIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAÍBA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições conferidas em Lei, em especial o art. 61, VII, da Lei Orgânica do Município, e ainda,

CONSIDERANDO que o mandato eletivo do atual Gestor Municipal se exaure no dia 31 dezembro do ano em curso.

CONSIDERANDO que com o início da nova administração municipal, que se dará no primeiro dia do ano de 2021, o Município terá um novo Comandante, esse, eleito no ultimo pleito eleitoral.

CONSIDERANDO que o Regime Jurídico Único em seus artigos 151 e 156, trouxeram ao mundo jurídico municipal a gratificação e função como também a gratificação de regime de trabalho, respectivamente.

CONSIDERANDO que a concessão de tais gratificações são destinadas a servidores municipais que exercem atividades especiais e/ou tarefas específicas que lhes imponham encargos adicionais, com o fito de incrementar o funcionamento dos órgãos que integram a Administração Municipal.

CONSIDERANDO que tais nomeações, passam pela avaliação da Administração Municipal, através de seu Prefeito Municipal, agentes políticos e demais dirigentes, cargos que serão exercidos por pessoas distintas das atuais ocupantes.

CONSIDERANDO que todos os servidores beneficiários das gratificações aqui tratadas retornarão as suas atividades laborais de acordo com seu cargo público efetivo.

CONSIDERANDO que com o fito de conceder ao futuro gestor o constitucional direito de exercer em toda a sua plenitude o seu poder discricionário, que lhe é permitido pelo Texto Magno Republicano e demais legislações infraconstitucionais aplicáveis.

DECRETA:

Art. 1º Tornam sem efeito todos os atos administrativos concedidos aos servidores atinentes a **GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO** e **GRATIFICAÇÃO DE REGIME DE TRABALHO**, que tem como base legal os art. 151 e 156 da Lei Municipal nº 389/1995 – Regime Jurídico Único dos Trabalhadores Municipais de Macaíba.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos jurídicos a partir do dia 31 do atual mês e ano.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Macaíba/RN, 30 de dezembro de 2020.

Fernando Cunha Lima Bezerra
Prefeito Municipal